



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2010/09/22

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro, do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Eurico Fernandes Gonçalves; -----

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues; -----

2.º SECRETÁRIO: Helena Margarida Beato dos Santos Afonso. -----

PRESENCAS: -----

Presenças: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, António Francisco Silva, Jorge Paulo Gomes da Silva, António dos Anjos Gonçalves, José António dos Reis, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Manuel Humberto Gonçalves, Franclim do Nascimento Serafim, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Mário Augusto Gonçalves, Duarte Nuno Pires, Alberto dos Anjos Martins, Hilário de Assis Gonçalves Pires, Carlos Alberto Vaz; Aniceto do Espírito Santo Diegues, Miguel Joaquim Linhas, Jocelim António Guerreiro de Carvalho, António Paulo Oliveira Neves, Francisco José Nunes Cunha, Duarte Francisco Gomes, Manuel António Pedreiro, José Guilherme Fernandes Barreira, Eduardo de Jesus Morais, José Joaquim Dinis, Adelino José dos Santos, André João da Silva Rodrigues, Carlos Dinis Mateus Fornos, Olímpio Evangelista Fontes, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Domingos Augusto Fernandes, Nuno Alexandre Barreira Santos, Manuel António Fernandes Martins, Fernando Jorge Diegues Magalhães, António Abílio Ferreira Barreira, José Henrique Vieira da Silva, Humberto José Sobrinho Alves, Carlos Abel Almendra Frias Vieira, Manuel Gilberto Afonso Lousada, Francisco dos Santos Barroso, Dora Maria Barroso de Sá, Maria do Carmo Fernandes,

Anabela Afonso Doreta, Maria Adelaide Fernandes Morais, José Augusto Pinheiro, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Luís Alberto Piçarra, Humberto da Cruz Carneiro, José Maria Ribas, José Carlos Claro, José Paulino Castanheira, Horácio Domingos Afonso, Solange Sofia Aboim Lobo, António João Margarido Alves, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz, Manuel João Pintor Libório, Inácio Lourenço Fernandes, Manuel Pedro Gama, Manuel Aurélio Taveira Fernandes, Manuel do Nascimento Ferreira; Diana Sofia da Costa, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, Maria Madalena Afonso Magalhães e Manuel Dinis Lousada. -----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados, Eduardo Vicente Roxo, José Humberto Martins, Marília de Lurdes Fortunato Fernandes. -----

Faltaram sem justificação de falta, os Senhores Deputados Octávio Manuel Gonçalves Ferro e António Miguel Borges da Silva, pelo que lhes foi considerada injustificada a falta. -----

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal; --

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 – Cacovin Agroindústria; -----

2.6 – AECTVT – Aprovação de estatutos; -----

2.7 – Agência de Energia de Trás-os-Montes – Aprovação de estatutos; -----

2.8 – Taxas do IMI; -----

2.9 – Reorganização de serviços – Modelo de estrutura orgânica; -----

2.10 – Proposta de Fusão das Empresas Municipais; -----

2.11 – Plano de Ordenamento do ICNB – Isenção do pagamento de taxas – Proposta; --

2.12 – 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3.ª ao Orçamento da Despesa e 2.ª Plano Plurianual de Investimentos; -----

2.13 – Situação económico-financeira do Município. -----

3 - Período reservado ao Público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para apresentar cumprimentos a todos os presentes. -----

Seguidamente concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados: -----

- Manuel Dinis Lousada; -----

- Humberto José Sobrinho Alves; -----

- Carlos Abel Almendra Frias Vieira; -----

- Jorge Paulo Gomes de Silva. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, questionou a mesa dizendo que, o ponto dois da ordem do dia e o ponto dois ponto dois, deviam integrar o ponto do período de antes da ordem do dia, aconselhando ainda a consultar as Câmaras da redondeza, da justiça do que está a dizer. -----

De seguida ditou para a acta uma declaração política, do teor seguinte: -----

“Na qualidade de eleito desta Assembleia Municipal e no uso dos direitos que me são conferidos quero, hoje, fazer uma declaração política acerca do funcionamento deste órgão e do comportamento político da força maioritária, o PS. -----

Efectivamente, é com muito desconforto e maior preocupação que verificamos que o funcionamento desta Assembleia, órgão máximo da autarquia vinhaense, porque órgão deliberativo, revela insuficiências e irregularidades que urge corrigir o mais rápido possível. --
A mesa e o seu presidente devem respeitar as regras mínimas da democracia, tanto na ordem de inscrição dos seus membros para intervirem no debate dos problemas das populações e do

município, como na aceitação das propostas que as várias forças políticas apresentam a debate. -----

A mesa e o seu presidente terão de cuidar melhor da elaboração das actas, tal como estabelece o Artigo 92.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2003, de 11 de Janeiro, onde diz expressamente o seguinte "De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado...". Ora, é precisamente o que não está a acontecer. As actas são o documento fundamental que suporta as decisões aqui tomadas e mesmo as posições aqui rejeitadas. As actas terão de relatar o que de essencial nela se tiver passado. -----

Sabemos que a actual maioria PS na autarquia convive mal com a opinião das outras forças políticas. Azar o seu. Em democracia todos estamos obrigados a respeitar a opinião de todos.

Decorreu pouco mais de meio ano da tomada de posse deste órgão, é pois, tempo de corrigir os erros e dignificar o Poder Local Democrático, nascido com o 25 de Abril. -----

Acerca do comportamento político do PS, quero em nome do PCP e da CDU dizer o seguinte:

1. A Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Vinhais publicou um comunicado, no dia 8 de Julho de 2010, que aparentemente dava resposta a uma Nota à Imprensa da CDU, de 2 de Julho de 2010, onde esta Coligação denunciava os comportamentos atrás descritos. Contudo o comunicado do PS acaba por descambar para o ataque pessoal e para a calúnia, estilo e comportamento que só envergonha a força política em causa e em nada dignifica o debate político. -----

2. A CDU fez uma denúncia política e o PS responde com "dentes de ferro", fugindo ao verdadeiro debate político. -----

3. Diz o PS que o eleito da CDU arrecada bastantes euros do erário público, em senhas de presença e despesas de deslocação, como se tal configurasse um crime. Não só é triste verificar que um Partido como o PS recorra a argumentos sujos e desta natureza, dado tratar-se de um direito dos eleitos a residir fora da sede do concelho, como está a caluniar os milhares de militantes do PS que neste concelho e por todo o País igualmente recebem a senha de presença e as despesas das deslocações para exercerem os cargos para que foram eleitos democraticamente e a que têm justo direito. -----

4. O PCP e a CDU não se deixarão intimidar com comportamentos políticos desta índole e continuarão a pautar a sua intervenção pela defesa dos vinhaenses e pelo desenvolvimento do concelho de Vinhais. O que nos preocupa são os baixos índices de desenvolvimento do nosso concelho e a falta de emprego no concelho em particular para os jovens, que tem de sair da sua terra para poderem sobreviver. Preocupa-nos o encerramento das escolas no concelho

porque já não há crianças, os cuidados de saúde primários que escasseiam à nossa população, a segurança e o conforto dos nossos idosos. Preocupa-nos a ausência de uma política nacional para a agricultura que tenha em conta as importantes potencialidades do nosso concelho e que certamente contribuiria para reduzir o défice alimentar do País e melhorar as condições de vidas dos agricultores do concelho de Vinhais. Preocupa-nos o facto de o PS local defender cegamente o seu Governo em detrimento dos interesses dos vinhaenses e da região. -----

5. Por último gostaria de dizer ao PS, que o PS não nos mete medo. Pode haver quem tenha medo do PS e até parece que o medo já começa a saltar ao caminho de muita gente. Mas em democracia o PS, em matéria de meter medo, não passa de um tigre de papel. -----

Porque defendemos o Poder local Democrático. Porque defendemos um futuro melhor para Vinhais. Continuaremos, na base de propostas concretas, a intervir nesta Assembleia Municipal, sempre com espírito construtivo.” -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara com um assunto que directamente lhe dizia respeito, zona municipal de caça de Celas. -----

Iniciou por dizer que, em tempos, tinha dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara da questão que se estava a levantar em Celas, por causa da atribuição da zona municipal de caça de Celas. O Senhor Presidente da Câmara, tinha-lhe dito que, não iria perder essa guerra, tendo assim candidatado a Câmara Municipal de Vinhais à zona municipal de caça de Celas. Valendo-se da ingenuidade do Senhor Presidente da Junta, solicitou-lhe acordos prévios, sabendo que, esses acordos primavam pela negativa, porque como todos sabem, as Juntas de Freguesia não são detentoras do poder dos baldios. O que é certo é que, uma Associativa produzindo razões dos caçadores locais, candidatou-se a essa zona municipal de caça. Passado dois meses a Câmara Municipal faz a mesma coisa, apresentado os tais acordos prévios ou seja declarações falsas, junto das entidades competentes. -----

Continuou a dizer que os caçadores das aldeias de Celas, Mós de Celas e Negreda estavam privados de exercer um direito que lhe assiste, porque? -----

Porque tendo já os juristas da matéria se pronunciado, que estariam na disposição de entregar a zona de caça de Celas, à Associativa que eu represento, claro como é de lei, veio à Câmara para o contraditório, e no contraditório, que é que a Câmara fez, o que é que fez o Senhor Director Regional do Norte, mandou outra vez para o Conselho Jurídico, o qual vai demorar

imenso tempo para se pronunciar. -----
Disse ainda que, o Senhor Presidente da Câmara, não tem um assessor que saiba da matéria. --
Por fim, questionou o Senhor Presidente da Câmara, para que seja informado qual a situação,
e o que pensa fazer para o futuro da zona de caça de Celas. -----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira,
que iniciou por dizer que, a questão que o traz a este palanque, não é aquela que gostaria de
trazer, porque quando a politica converge para assuntos de índole pessoal, torna-se muito
porca. -----

Preferia estar aqui a conversar sobre o relatório que saiu em que Vinhais é o pior Concelho
em termos de poder de compra, gostaria de poder estar aqui a discutir as temáticas, que muito
bem levantou, o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, no entanto, tem razão quando
afirma que, quando este Partido Socialista se sente pressionado, dispara não sabe muito bem
para onde. -----

Estavam recordados que na última Assembleia Municipal, foi aqui equacionado, pelo Senhor
Presidente da Câmara, quando ele levantou um problema qualquer, relacionado com o nosso
Concelho, que eu tendo telhados de vidro não deveria levantar determinados assuntos, então
qual era o meu telhado de vidro, era a alteração da morada, para usufruir disso, na altura teve
a oportunidade de reputar claramente, de registar como uma verdadeira falta de verdade,
mentira. -----

No decurso de tempo que medeia a última Assembleia Municipal e esta, tive a oportunidade
de requerer à Mesa da Assembleia, que me certificasse, se eu fiz alguma alteração ou algum
pedido de alteração, em relação às minhas ajudas de custo, pela deslocação que estão legais,
inclusivamente, nesta Assembleia Municipal, há mais membros do Partido Socialista a
usufruir, do que dos outros, é que é de lei. -----

Portanto não foi feita qualquer alteração de morada. -----

Vamos ver quem tem telhados de vidro, e portanto tive a oportunidade de remeter para a
Assembleia da República, um pedido de informação para saber se no período entre 28 de
Fevereiro de dois mil e um e cinco de Janeiro de dois mil e dois, se o então Deputado
Américo Jaime Afonso Pereira, teria usufruído de algum benefício de deslocação para a sua
morada, e perguntar, qual a morada declarada por esse membro da Assembleia da República,
para efeitos de processamento de ajudas de custo, da mesma forma tinha aqui hoje um
requerimento a esta mesa para questionar se, para este mesmo período, que o Senhor esteve

como Deputado na Assembleia da República, mas que era Vereador na Câmara Municipal de Vinhais, para saber quais os montantes que foram processados de ajudas de custo, e a morada que tinha declarado junto da Câmara Municipal de Vinhais. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes de Silva, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os seguintes assuntos: -----

- Existe algum tipo de calendarização na limpeza dos caminhos rurais, qual o critério? -----

- Quando vai para execução a obra de reabilitação do fontanário de Candedo, isto porque se encontra adjudicado há mais de um ano. -----

- Porque é que a Câmara, não levou a cabo, os trabalhos de saneamento básico e substituição de conduta da rede de água pública, da Dama da Noite à primeira casa, como estava agendado? -----

A Junta de Freguesia prontificou-se a fazer esse trabalho, que custava três mil cento e cinquenta euros (3.150,00 €) e a Câmara Municipal respondeu que não eram autorizados esses trabalhos, porque era uma violação, acarretava consequências criminais administrativas e de responsabilidade civil. -----

Questionou também, se também é violação crime, sessenta e seis metros de suporte de terras que a Junta de Freguesia fez, que custaram mil seiscentos e setenta euros (1.670,00 €), se é violação crime, vinte metros de asfalto que a Câmara deixaria de colocar até à casa do Senhor Álvaro Reis, é violação crime, trinta centímetros que Junta de Freguesia que por sua recriação pôs a mais na largura da estrada, que custaram à Junta de Freguesia dois mil duzentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos (2.254,83 €). -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, prestou um esclarecimento ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dizendo que, de facto, esses aspectos que referiu, nomeadamente a ordem de trabalhos, vai ser objecto do processo de revisão que temos em mãos, portanto temos que aguardar algum tempo. -----

Em relação às outras questões, não recebe lições de democracia de ninguém, pede desculpa, mas não consegue entender as considerações que lhe fez, porque se entende que, é tão ofensivo ou tão indignificante, falar em terceiro, em vez de falar em segundo ou primeiro, se entende que é assim, pede desculpas, e vai tentar estar mais atento à ordem de inscrição. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. -----

Referindo-se ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, agradeceu a intervenção apresentada, não ficou zangado com tudo o que disse, à excepção de um comunicado que fez, onde disse que, nós respondemos com dentes de ferro, não respondemos com dentes de ferro, mas acredite que, para ouvir algumas coisas que o Senhor Deputado diz, é preciso ter de facto nervos de aço. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, iniciou por responder à primeira questão colocada pelo Senhor Deputado, qual a situação de Celas, e o que pensa fazer no futuro, são duas questões distintas. -----

A situação de Celas, disse que não sabia, esse assunto estava delegado no Senhor Vereador e não assessor Salvador dos Santos Marques, quanto ao que ele gostava que fosse a caça no Concelho de Vinhais, tinha uma ideia, o que se pretende fazer, voltou a frisar que quando chegamos à Câmara há cinco anos, no que diz respeito à caça confrontámo-nos com a seguinte situação: -----

- A única coisa que existia formalizada, eram as batidas dos javalis, eram feitas batidas aos javalis, por essas aldeias fora, e depois era apresentada a conta à Câmara para pagar os pequenos almoços e almoços, já que não dava para as despesas. Acabou-se com isso, e foi isso que se fez. Decorrente de uma conversa que tivemos no anterior mandato, resultou uma proposta que, consistia mais ou menos no seguinte, e que mantenho: nenhuma associativa do concelho, tem meios económicos suficientes, para ser rentabilizada, deveríamos anexá-las todas ou quase todas, e organizar a caça e explorá-la em termos profissionais. A Câmara conjuntamente com outras instituições, suportaria, até porque há dinheiros comunitários para isto, as despesas com alimentação dos animais, com corpo de guardas que pudessem fiscalizar a caça, naturalmente haveriam direitos diferentes para os residentes, mas quem quisesse vir caçar a Vinhais, tinha que ter a certeza que encontrava caça, mas tinha que a pagar bem paga, de forma a que se criasse aqui, uma dinâmica de desenvolvimento, para que as pessoas sabendo que tinham caça, pudessem vir a Vinhais, rentabilizar isto em termos económicos. Esta era a estratégia, esta estratégia começou a funcionar, e uma das associativas que quis aderir, foi a de Celas. De seguida fomos a Celas, a convite do Senhor Presidente da Junta de

Freguesia da altura, e assinámos um protocolo. Não demorou muito tempo a que tudo fosse desfeito, e foi apresentado um novo projecto. A Câmara de seguida, apresentou um outro, e a situação de Celas é esta. Em reunião deste Executivo, foi discutido o assunto da caça, e chegou-se à conclusão que os Senhores Vereadores comungam da mesma opinião que a minha, isto é organizar a caça, de forma a que, se torne um produto de rentabilidade económica para o Concelho, caso contrário, as associativas não tem maneira, só por si, de assegurar o seu funcionamento. Se por ventura, algum membro desta Assembleia, entender que, pode dar um grande contributo nesta matéria, que diga, pois este assunto pode ser agendado a uma próxima Assembleia, para discussão. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse não perceber muito bem o que ele pretendia dizer, o assunto da mudança da residência estava esclarecido. -----

Relativamente ao assunto da Assembleia da República declarou que ele próprio ia responder às dúvidas suscitadas, a residência era em Vinhais, recebendo uma série de ajudas, tais como, a deslocação para Lisboa, um subsídio para fazer politica no distrito, o vencimento e as senhas de presença como Vereador na Câmara Municipal, tudo isto rondava na altura cerca de setecentos contos. -----

Em resposta às questões suscitadas pelo Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes de Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, relativamente à calendarização da limpeza dos caminhos rurais, informou-o que é conforme as necessidades, e o critério utilizado é da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Em relação ao fontanário de Candedo será feito quando a Câmara assim o decidir, a menos que a Junta de Freguesia o faça. -----

Sobre o prolongamento da conduta do saneamento, quando o Senhor Presidente da Junta alertou para o assunto, o Senhor Vereador Salvador dos Santos Marques foi verificar o pedido e informou que tecnicamente não era possível, não existia cota para descarregar na conduta. Tendo na altura o Senhor Presidente da Junta respondido que ia ser feito mesmo contra a vontade da Câmara. Tendo em atenção a informação do Senhor Vereador do pelouro, tinha sido chamado o Senhor chefe da Divisão de Ambiente para resolver o problema, o qual informou que não era viável, atender ao pedido em causa, pelos motivos indicados pelo Senhor Vereador Salvador dos Santos Marques. -----

Tinha sido enviado um ofício ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que explicava as razões técnicas pelas quais não era possível efectuar o referido prolongamento, e que para o qual a Junta de Freguesia não tinha competências uma vez que era da Câmara Municipal. -----

Concedida que foi a palavra ao Senhor Vereador Salvador dos Santos Marques relativamente a algumas questões levantadas, iniciou por esclarecer o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, relativamente à zona municipal de caça de Celas, dizendo-lhe que ele era o responsável por todos os problemas que estavam a acontecer naquela zona de caça municipal. À data do início de todo o processo já existia a zona municipal de caça de Celas gerida pela Junta de Freguesia. Esta tinha informado não ter condições para suportar as despesas com a sua manutenção e renovação, e solicitou à Câmara Municipal que esta organizasse o processo para a sua renovação. A Câmara tinha reunido todos os caçadores da freguesia e atendendo ao pedido destes, tinha tomado conta do processo. -----

Após todo este trabalho, aparece o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves com uma associação de Bragança, a fazer também um outro processo para uma reserva municipal na mesma freguesia. -----

Continuou a dizer que a Câmara Municipal apenas pretendia defender os interesses dos caçadores da freguesia, consultado o processo apresentado pela referida associação na Direcção Regional de Florestas, tinham verificado não existirem no processo quaisquer acordos, no entanto, depois apareceram lá. -----

Informou ainda que, se por acaso a Câmara Municipal tomar conta do processo, o Senhor Deputado pode geri-la através de um acordo com a Câmara Municipal, pois a Câmara não tem interesse na reserva, mas sim salvaguardar os interesses dos caçadores ali residentes. -----

Por fim declarou que, o Senhor Deputado não está interessado em defender os caçadores, mas sim os amigos para ali poderem caçar. -----

De seguida o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, respondeu à intervenção apresentada pelo Senhor Salvador dos Santos Marques, referindo que não disse vereador, mas sim assessor, queria se referir ao assessor engenheiro Bernardes, não se estava a referir ao Senhor Vereador Salvador dos Santos Marques. -----

Disse ainda que, foram ditas algumas não verdades, em primeiro lugar que nunca pertenceu aos órgãos distritais da caça, e que não é responsável pela falta de caça no Concelho, dizendo

ainda que, a zona de caça de Celas não é uma associativa mas sim uma municipal que caduca quando a portaria termina, ficando zona livre, como se encontra agora, e afirmou que nem sequer tinha sido convidado para a reunião de caçadores que o Senhor Vereador tinha mencionado. -----

Continuou a dizer que, quando termina a vigência da portaria, o processo pode ser encetado, ou por uma autarquia, ou por uma associativa, tendo tratado da renovação essa associativa antes da Câmara. O Senhor Engenheiro Bernardes tinha feito acordos com a Junta de Freguesia, onde constavam os baldios. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia não tinha delegação de poderes para por os baldios no processo, tanto mais que já existe uma assembleia de compartes. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que, para quem não percebe nada de caça, ele até é conhecedor da matéria, mas uma coisa é a caça ser rentável, e a outra é querer dominar politicamente a caça, que é isso que o Senhor Presidente pretende. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para comentar que, após a intervenção do Senhor Vereador Salvador dos Santos Marques, não ficou nada esclarecido sobre a caça. -----

O que acha, em nome da Bancada do Partido Social Democrata, é que se devia, de alguma forma, tratar este tema, discutir com argumentos válidos. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Jorge Paulo Gomes de Silva, para se dirigir ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo-lhe que, não tem prazer em gastar dinheiro, mas sim, em servir o povo, questionando-o se acha correcta a forma como inviabilizou o trabalho.

De seguida usou novamente da palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara questionou o porquê da situação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara de Espinhoso ou Senhor Presidente da Junta de Freguesia, rectifica, porquê a autarquia não entrou em conversações com a Junta de Freguesia? -----

Colocou ainda duas questões a saber: -----

- Para quando o alargamento do passeio junto ao fotógrafo? -----

- Porque é recusada a fotocópia de um projecto a pedido do Presidente da Junta de Freguesia de Candedo? -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado José Paulino Castanheira, este dirigiu-se ao Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada perguntando-lhe, se alguma vez, nesta Assembleia Municipal lhe tinha sido retirada a palavra, uma vez que todas as suas intervenções são exageradas, e com um único objectivo, que é de se fazer de vítima, nada mais. -----
Relativamente ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, disse que sempre que tem oportunidade de denegrir este executivo, não resiste. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Franclim do Nascimento Serafim, referiu-se à intervenção apresentada pelo Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, dizendo que, a municipal de Celas, foi feita pela Junta de Freguesia de Celas de então, que era quem geria os baldios, a assembleia de compartes foi feita à posteriori, e a Junta fez o que todas fariam, caducou o processo, tratou da sua renovação, pois enquanto não há comissão de baldios é a Junta de Freguesia que os administra. -----

Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões suscitadas. -----

Iniciou por responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dizendo que não tinham sido fornecidas fotocópias dos processos, primeiro porque era dispendioso, segundo porque toda a gente se encontra em contenção de despesas, terceiro porque os processos se encontram nos serviços municipais, e podem ser consultados por quem tiver legitimidade para a mesma. -----

Em relação à questão do passeio junto ao fotógrafo, já se encontra naquelas condições há muitos anos, já tinham passado muitos Presidentes da Câmara e apenas quem tentou resolver o assunto tinha sido este executivo, ao ordenar a demolição da casa do lado, que estava em ruínas. -----

Seguidamente questionou o Senhor Deputado se acha bem gastar cinquenta mil euros (50.000,00 €), para negociar aquele espaço diminuto de terreno, no entanto informou que o assunto está a ser estudado, e já tinha sido discutido em reunião de Câmara. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, para dizer que, ninguém retira o mérito ao Senhor Presidente da Junta de Celas, Luís Alberto Piçarra, pois foi o motor da criação da zona municipal de caça de Celas, agradecendo em seguida, ao Senhor Franclim do Nascimento Serafim, a intervenção relativa à caça. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para se dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e para dizer que, as pessoas que não se inscrevem na primeira vez para falar, falam depois a título de comentário, e não devia ser. ----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para o elogiar em relação ao assunto do passeio, junto ao fotógrafo, dizendo ainda que, quando não há acordo se pode avançar para a expropriação. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Deputados caso pretendessem fazer alguma inscrição. -----

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Carlos Alberto Vaz, José Joaquim Dinis, Olímpio Evangelista Fontes, António Abílio Ferreira Barreira, José Augusto Pinheiro, Helena Margarida Beato dos Santos Afonso, António João Margarido Alves, Anabela do Sameiro Diegues da Cruz e Manuel do Nascimento Ferreira, motivadas por não terem estado presentes na respectiva sessão e ainda do Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, o qual apresentou a seguinte declaração de voto:

“Há falta de um parágrafo antes da intervenção quando apresentei a homenagem à Cultura e às Letras, talvez por lapso, V. Ex.^a não se recorde, mas foi aqui que houve uma troca de

palavras entre mim e V. Ex.^a, porque V. Ex.^a quando questionei a mesa a dizer que me sentia discriminado em relação à minha inscrição V. Ex.^a disse textualmente “era o que faltava, quem manda aqui sou eu, e eu corto-lhe a palavra” e eu respondi a V. Ex.^a o seguinte “então faz favor corte” e também pedi a V. Ex.^a que isto ficasse escrito em acta e não está. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que não tinha dito nada disso, e entregou um requerimento a solicitar que se proceda à transcrição textual da parte referente ao diálogo mantido na Assembleia do dia 30 de Junho de 2010, com o Senhor Deputado Dinis Lousada. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Primeiro Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida, no periodo que medeia, entre a última sessão desta Assembleia e esta. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

“Exm^o Senhor -----
Presidente da Assembleia Municipal -----
Senhores Secretários da Mesa -----
Senhores Vereadores Presentes -----
Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais
Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Terminado que está o Verão, o tempo das férias e das festas, é altura de recomeçarmos com normalidade todas as actividades municipais. -----

O início das aulas decorreu de acordo com o previsto e no que à Câmara diz respeito, aquilo que são as suas responsabilidades, nomeadamente transportes, actividades de enriquecimento

curricular e refeições tudo foi preparado a tempo e horas pelo Senhor Vereador respectivo Dr. Roberto Afonso e demais serviços a quem deixo uma palavra de apreço, pela forma diligente e empenhada como trabalharam este dossier, que é sempre e em todos os anos, um momento importante para a comunidade escolar, nomeadamente para os alunos e entre estes, para os que entram pela primeira vez na escola. -----

A este propósito, aproveito para informar, que estamos neste momento a preparar uma proposta para ser sujeita a deliberação da Câmara, de forma a premiar os melhores alunos, abrangendo todos os anos, tendo em conta a necessidade de estimular a aprendizagem e o estudo. -----

Estamos também a preparar a próxima edição da Feira da Castanha que é sempre um momento muito importante para a dinâmica económica do concelho e estratégia de promoção turística. No entanto, e a respeito das feiras, lamento profundamente que não exista uma estratégia concertada no âmbito da CIM (Comunidade Intermunicipal) uma estratégia articulada relativamente à data dos eventos como forma de cada um funcionar como instrumento catalizador de visitantes. -----

Significa isto que, Bragança ao marcar a sua feira da castanha e da caça para o fim-de-semana em que se realiza a nossa, que já estava marcada, está a dar um mau contributo para o fenómeno de turismo, pois, creio que não vai ser bom nem para eles nem para nós. -----

Assim sendo, a data prevista e que era, tal como sempre foi, o fim-de-semana dos Santos, possivelmente será alterada para uma semana antes ou para uma semana depois. -----

Relativamente a obras continuamos a aguardar que seja definitivamente resolvida a questão à volta dos financiamentos para a construção de ETAR's, águas e saneamentos que estão empreitados e prontos a começar, aguardando apenas a resolução deste pequeno problema, mas que estou convicto que estará para breve. -----

As obras de remodelação/construção do campo de futebol estão no fim e prevê-se a sua inauguração para breve. -----

Pretendemos que seja uma inauguração com grande dignidade, de forma a que fique bem claro a importância que aquela infra-estrutura reveste para a prática do desporto e do lazer para todas as pessoas que daquele espaço pretendam usufruir. -----

Aguardamos a marcação do Senhor Secretário de Estado Dr. Laurentino Dias, uma vez que se insere na Secretaria de Estado do Desporto e que esta Secretaria de Estado sempre teve para conosco um bom tratamento. -----

A pavimentação da rede viária em várias freguesias do concelho continua e depois desta empreitada, genericamente ficam pavimentadas todas as aldeias. -----

A colocação de contadores de água está em bom ritmo e os frutos desta medida estão à vista: pela primeira vez em 5 anos, não chegou ao meu gabinete nenhuma queixa de falta de água, apesar de termos assistido a um Verão de quase 3 meses sem chuva, não significa com isto que não se tenham verificado problemas pontuais dos quais não tive conhecimento. -----

É de louvar também o trabalho e colaboração que todas as Juntas de Freguesia têm tido nesta área da água e continua o nosso apelo para que todas as Juntas nos comuniquem todas as irregularidades de que tenham conhecimento, nomeadamente violações, destruição de contadores e desvio de água canalizada. -----

Está em concurso a construção de uma zona de descanso para caravanas, e adaptação de um edifício para centro recreativo do Carvalhal, o Bairro do Calvário, Rua de Cima e Rua da Corujeira. -----

O primeiro troço da circular interna de Vinhais será pavimentado muito em breve e estamos a preparar o concurso para o Parque Verde das artes e ofícios e a sinalização. -----

Uma obra extremamente importante e que neste momento pretendo dar conta à Assembleia é a obra do novo Centro Escolar de Vinhais, ao mesmo tempo que devemos fazer uma reflexão do que tem sido a distribuição dos espaços físicos das várias escolas na vila. -----

A minha opinião é conhecida há muito tempo, sempre defendi a concentração de alunos do primeiro ciclo como forma de ganhar escala e podermos dessa forma dar igual tratamento a todas as crianças, nomeadamente das AEC(s) e também sempre defendi que, na Vila o ideal seria o conceito do parque escolar, isto é, um espaço físico, central, no miolo da Vila, rodeado de equipamentos, com boas acessibilidades e com todos os níveis de ensino em conjunto. O espaço físico sempre se adequou a esta visão são os chamados terrenos do Pombal/Seminário. Por motivos que agora não interessam e não é oportuno indicar, tal planeamento não foi feito ou não foi possível fazer. -----

Pois bem, provavelmente já não é possível criar a situação ideal, mas ainda é possível remediar alguma coisa. Desta forma, o novo Centro Escolar de Vinhais, desejavelmente ficará situado na CIV, nos antigos terrenos do Seminário, bem perto do campo de futebol, do ginásio, das piscinas aquecidas, das piscinas descobertas e do parque verde. Parece-nos que este é o sítio mais apropriado, e digo preferencialmente naquele espaço, porque os terrenos estão indicados mas não estão negociados. -----

Será uma escola moderna, funcional e que muito contribuirá para o sucesso escolar dos nossos jovens. -----

Os projectos estão praticamente prontos e uma vez que já temos autorização do Ministério para a sua construção, será aberto concurso o mais rapidamente possível. -----

O dono desta obra será a Câmara Municipal e o seu preço está orçado em €1.442.100 cujo financiamento será candidatado ao QREN – ON. -----

Com a permissão de V^a Ex^a faríamos a apresentação do mesmo e zona envolvente. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €492.630,89 -----

- Dotações não orçamentais – €649.219,50” -----

Seguidamente fez a apresentação do projecto do novo Centro Escolar de Vinhais. -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Manifestaram vontade de intervir os Senhores Deputados: -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais. -----

No uso da palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, iniciou por dizer que se congratulava com a apresentação do projecto do Novo Centro Escolar. -----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara, se tinha conhecimento da venda dos terrenos do Seminário à empresa TecVinhais, propriedade do Dr. Nuno Gomes, bem como da cedência dos direitos protocolados entre a Câmara e o referido Seminário, à mesma empresa, se o Seminário, alguma vez tinha comunicado à Câmara Municipal, a intenção da venda desses terrenos, para que a Câmara pudesse exercer o direito de preferência. -----

Gostaria de saber ainda, se o Senhor Presidente, iria negociar com o actual proprietário, ou se ia accionar judicialmente o Seminário, e pedir resolução do contrato e dos direitos protocolados, por desconhecimento da cedência dos mesmos ou se ia avançar no sentido da expropriação dos terrenos que confinam com a Câmara Municipal, já que todos sabem que quem confina é a quem interessa os terrenos. -----

Se o Seminário não comunicou à Câmara Municipal a sua venda, devia tê-lo feito, porque, é a Câmara a principal interessada, e não particulares, porque o Seminário tem edifícios que precisam de ser remodelados, como é o caso da Igreja da Vila, propriedade da diocese e não da Câmara, pois o dinheiro não fica em Vinhais, vai directo para a diocese e não é isso que se

pretende. O Seminário tem edifícios onde pode ser aplicado o dinheiro. A responsabilidade é do Senhor pároco, pois quando fez o negócio dos terrenos do Seminário, devia ter salvaguardado que esse dinheiro, fosse aplicado na recuperação dos edifícios de Vinhais, e não para a diocese de Bragança. -----

Essa é a revolta, os terrenos podiam ter sido vendidos à Câmara, e esta, protocolar com o Seminário, garantindo o arranjo dos edifícios de Vinhais. -----

Disse ainda, que não concorda com a maneira como o negócio foi feito, visto esta, não ter intervindo, por desconhecimento ou não, é isso que se pretende saber, no entanto, se a Câmara não teve conhecimento, o Seminário incorreu numa grave situação, que é não comunicar a quem confina a pretensão da venda. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, agradeceu a intervenção apresentada, dizendo que, teve conhecimento da venda dos terrenos do Seminário à empresa TecVinhais, da mesma forma que tiveram os Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

A Câmara tinha mandado avaliar os terrenos em causa e tinha sido elaborada uma proposta e enviada ao Seminário, de seguida, foi recebida uma resposta da empresa TecVinhais, acompanhada de uma fotocópia do contrato de cessão da posição contratual.-----

Este assunto, tem sido objecto de discussão, em várias reuniões de Câmara, pois todos nós sabemos, que é um terreno que reúne todas as condições. -----

Continuou a dizer que, o Seminário não comunicou à Câmara, a venda dos terrenos à empresa Tec-Vinhais, no entanto, iriam adoptar a forma que fique mais barata e mais correcta, para proceder à sua aquisição, isto é, já foi distribuída fotocópia na reunião de Câmara de um parecer elaborado pelos serviços jurídicos, sobre o assunto, para ser devidamente estudado e analisado. -----

Em termos jurídicos, a processo iria seguir os seguintes trâmites, a Câmara Municipal fez uma proposta ao Seminário, aceitamos ou não aceitamos a cessão da posição contratual, se aceitarmos, negociamos com o actual proprietário, se não aceitarmos, negociamos com o anterior proprietário, e isso vai ser decidido em reunião de Câmara -----

Se for decidido negociar com o Seminário, vamos fazer uma proposta, se este não aceitar, podemos equacionar a hipótese da expropriação. -----

Toda a gente sabe, que há todo o interesse na aquisição desses terrenos, pois o projecto encontra-se elaborado. -----

Disse ainda que, a data da aquisição dos terrenos por parte da empresa TecVinhais, é posterior ao negócio que tinham feito com o Seminário, para adquirir aqueles terrenos todos.-----

Referindo-se ao mau estado em que se encontra a igreja da Vila, disse que a Câmara Municipal ofereceu o projecto, mas não pode suportar as obras, pois não é propriedade da autarquia, no entanto afirmou que já foi gasto muito dinheiro no Concelho para recuperar igrejas em muitas localidades. -----

De seguida foi concedido um novo período de intervenções, tendo-se inscrito: -----

- José Henrique Vieira da Silva; -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva, iniciou por ser referir ao passeio em frente ao fotógrafo, pois é um assunto que tem sido muito debatido. -----

Em relação à intervenção apresentada pela Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, referiu que é um objectivo difícil de atingir, pois os terrenos pertencem a uma entidade particular e são geridos pela mesma. -----

Quanto às obras de recuperação da igreja da Vila, referiu que a Junta de Freguesia de Vinhais, nunca tinha sido contactada para o efeito, apenas tinha sido abordado pelo pároco, o qual o informou que, o telhado iria ser reparado antes do Inverno. -----

Usou novamente da palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, para se referir novamente à venda dos terrenos do Seminário, dizendo que, toda a gente tinha conhecimento de tal negócio, inclusivamente a Câmara Municipal teve conhecimento oficialmente desde o dia 27 de Abril de 2010. -----

Continuou a dizer que, o senhor pároco tinha que ter comunicado à Câmara a intenção da venda, pois desde que confinem, tem direito de preferência, e este incorreu numa grave situação, que é não dizer à Câmara Municipal a intenção da venda dos terrenos. Gostava de ser esclarecida sobre o que é que a Câmara vai fazer junto do Seminário, neste caso, representado pelo senhor pároco, por não ter comunicado a intenção da venda, uma vez que

ele tinha conhecimento do interesse da Câmara, inclusivamente, a escritura da venda foi feita no dia dois de Outubro e ele foi o representante da diocese.-----

2.5 – CACOVIN AGROINDÚSTRIA. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar que a Câmara Municipal tem uma participação na Cacovin de trinta por cento, tendo esta contraído um empréstimo na Caixa de Crédito Agrícola Mutuo que agora pretende amortizar, à Câmara Municipal pertencem cerca de doze mil euros (12.000,00 €). -----

Informou todos os presentes que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, pelo que solicita a sua aprovação por parte desta Assembleia, a fim de ser de liquidado o empréstimo em causa. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para dizer que, já se absteve na sua criação, e novamente a bancada do Partido Social Democrata, se vai abster, pelo facto de que se torna imperioso fazer uma discussão séria, sobre todas as participações da Câmara Municipal. Disse que a sua bancada se preocupa com os dinheiros públicos, pois é muito importante estudar esta temática, para não estar consecutivamente a ser confrontados com suprimentos, aumentos de capital, com saída de fluxos financeiros, para essas empresas, porque estas por elas próprias não conseguem sobreviver. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, para dizer que, considera insuficiente a informação prestada pela Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal, uma vez que se trata de um compromisso já assumido, abstem-se. -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e com as abstenções da bancada do Partido Social Democrata, da Coligação Democrática CDU, e Jorge Paulo Gomes da Silva, autorizar o pagamento de suprimentos da importância de cerca de doze mil euros (12.000,00€), acrescidos dos respectivos juros. -----

2.6 – AECTVT – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar que este assunto já se encontra aprovado em Reunião de Câmara e se prende com a aprovação dos Estatutos para adesão ao Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial da Comunidade Territorial de Cooperação, que tem como função candidaturas a fundos comunitários. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea m), n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar o município de Vinhais a integrar o Agrupamento Europeu Cooperação Territorial do Vale do Tâmega, bem como aprovar os Estatutos referentes a este Agrupamento. -----

2.7 – AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar que este assunto já se encontra aprovado em Reunião de Câmara e se prende com a aprovação dos Estatutos para adesão à Associação designada por Agência de Energia de Trás-os-Montes AE-TM. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea m), n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar o município de Vinhais a aderir à Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), bem como aprovar os respectivos Estatutos. -----

2.8 – TAXAS DO IMI. -----

Foi presente uma proposta elaborada pela Câmara Municipal do teor seguinte: -----

“Prevê o n.º 8, do artigo 112.º, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, que as taxas do IMI, respeitantes ao ano de 2010, sejam comunicadas à Direcção Geral dos Impostos, até 30 de Novembro. -----

Assim, e porque a aprovação das referidas taxas, é da competência da Assembleia Municipal por proposta da Câmara, proponho que sejam aprovadas as taxas seguintes: -----

- a) prédios rústicos – 0,8%; -----
- b) prédios urbanos – 0,4%; -----
- c) prédios urbanos novos avaliados nos termos do CIMI – 0,2%.” -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, diz não estar de acordo com a taxa aplicada aos prédios rústico 0,8%, poderia baixar para 0,7%. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclarece este Senhor Deputado, que esta taxa é fixada por lei. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por maioria com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e da bancada do Partido Social Democrata, e com o voto contra da Coligação Democrática CDU, aprovar as taxas propostas. -----

2.9 – REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS – MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA. -----

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal do teor seguinte: -----

“1 – Modelo de Estrutura Orgânica -----

A estrutura e o funcionamento dos Serviços Municipais de Vinhais, regem-se nos termos previstos no Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, pelos princípios da unidade e eficácia de acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, de desburocratização, de racionalização de meios e eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria qualitativa

e quantitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais, aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. -----

Pretende-se proceder a alguns ajustamentos na estrutura do Serviços Municipais de forma a majorar a sua eficiência e eficácia, permitindo uma interligação mais eficaz entre as diversas unidades orgânicas flexíveis. -----

Por outro lado, existe a preocupação de permitir que a estrutura agora proposta, disponha de uma lógica de actuação transversal a todas as unidades orgânicas, tendo em atenção as inúmeras competências e atribuições de que os Municípios estão investidos, na certeza de que o constante reforço do princípio de descentralização administrativa aconselha a que não se opte por um modelo organizacional assente numa departamentalização excessiva. -----

Nestes termos em cumprimento destes princípios, a Câmara Municipal propõe, tendo por base o disposto na alínea a), do Artigo 6.º, do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que a Assembleia Municipal aprove que, a organização dos Serviços Municipais de Vinhais, seja a prevista na alínea a), do n.º 1, do Artigo 9.º, do Dec. – Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, modelo de Estrutura Hierarquizada, constituída por: -----

- Unidades Flexíveis -----
- Subunidades orgânicas -----

As unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível, visem assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e da optimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos de custos e resultados. -----

2 – Unidades Orgânicas Flexíveis – Número máximo -----

Tendo por base o disposto na alínea c), do Artigo 6.º, do Dec. – Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo de sete unidades orgânicas flexíveis. -----

3 – Subunidades Orgânicas – Número máximo -----

A Câmara Municipal, propõe ainda, tendo por base a alínea d), do Artigo 6.º, do Dec. – Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro que, defina o número máximo de cinco subunidades orgânicas.” -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou ao chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que explicasse a todos presentes na Assembleia Municipal, o teor da proposta. -----

No uso da palavra o chefe da Divisão Administrativa e Financeira, esclareceu que, com a publicação do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, existe a obrigatoriedade, até 31 de Dezembro de 2010, os Serviços da Administração Autárquica procederem à reestruturação dos seus serviços. -----

A estrutura interna da administração autárquica consiste na disposição e organização das unidades e subunidades orgânicas dos respectivos serviços. Consideravam-se unidades orgânicas, as unidades lideradas por pessoal dirigente enquanto que as subunidades orgânicas eram lideradas por pessoal com funções de coordenação. -----

Com a publicação deste diploma, tinham sido atribuídas determinadas competências aos órgãos autárquicos. No caso dos municípios passava a ser competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica, a aprovação da estruturar nuclear e definir as correspondentes unidades orgânicas nucleares, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, definir o número máximo total de subunidades orgânicas, definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa e definir o número máximo de equipas de projecto. -----

Continuou a dizer que à Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, tinha sido atribuída a competência de criar as unidades orgânicas flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, criar equipas de projecto, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal e criar equipas multidisciplinares dentro dos limites fixados pelo Órgão Deliberativo, bem como deliberar o estatuto remuneratório do respectivo chefe da equipa. -----

Esclareceu ainda que ao Presidente da Câmara tinham sido atribuídas competências da conformação da estrutura orgânica interna das unidades orgânicas e das equipas de projecto e multidisciplinares, cabendo-lhe a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa, e ainda, a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas. -----

Existiam dois tipos de modelos de organização, a estrutura hierarquizada e a estrutura matricial. A primeira é constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis enquanto que a segunda é adaptada sempre que as áreas operativas dos serviços se possam desenvolver essencialmente por projectos, devendo agrupar-se por núcleos de competências ou de produtos bem identificados. -----

O Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves, intervém pedindo ao chefe da Divisão Administrativa e Financeira que lhe explicasse o quer dizer unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas. -----
Continuou a dizer que, com a criação das unidades orgânicas flexíveis agora propostas obrigaria à contratação de mais trabalhadores, que pode o seu número ascender a quarenta pessoas. -----

Em resposta à questão suscitada por este Senhor Deputado, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou-o que as unidades orgânicas flexíveis correspondem às actuais divisões enquanto que as subunidades orgânicas são as actuais secções. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, intervém dizendo que aquilo que o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves disse, faz algum sentido, pois aquilo que temos em análise é se há necessidade ou não de haver cinco ou sete chefes de divisão, pois é a Câmara que mais despesas apresenta com cargos políticos, trata-se de despesas obscenas. -----
Continuou a dizer que, é o presidente que mais caro saiu ao erário público de Vinhais, em nomeações de cargos políticos, não mencionando aqui as empresas municipais. -----

O Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma intervenção do teor seguinte: ----

“A proposta que a Câmara Municipal apresenta sobre a reorganização dos serviços ficasse pela teoria geral e pela síntese de propostas que não são suficientemente desenvolvidas. -----
A Câmara terá em próximas assembleias municipais fundamentar melhor cada um dos pontos da proposta apresentada, senão vejamos: -----
a) Quando no ponto (2) se refere a unidades orgânicas flexíveis propõe, “a definição do número máximo de sete unidades orgânicas flexíveis”. -----
- O que é que isto quer dizer? -----
- Alguém nos pode explicar de que unidades flexíveis se está a falar? -----

b) Ou quando no número (3) três relativamente a subunidades orgânicas refere “o número máximo de (5) cinco subunidades orgânicas”. -----

- As dúvidas são as mesmas do ponto anterior. -----

Por, último, como é sabido esta proposta teria de trazer obrigatoriamente o parecer das estruturas dos representantes dos trabalhadores e não recebemos esse parecer! -----

- O que é que se passa! -----

- A Câmara não ouviu os representantes dos trabalhadores como a lei obriga? -----

Face à debilidade desta proposta a CDU propõe que seja retirada da ordem de trabalhos e que venha a uma próxima assembleia municipal devidamente fundamentada”. -----

Propõe ainda que esta proposta seja retirada da ordem de trabalhos e que venha a uma próxima Assembleia Municipal devidamente fundamentada. -----

De seguida o Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões solicitadas, dizendo que, esta proposta é uma obrigação que decorre da Lei. A Câmara é obrigada até ao final do ano, a implementar a reorganização dos seus serviços, era uma imposição legal. Quanto aos lugares propostos para criação, esclareceu que, relativamente às subunidades orgânicas actualmente já existe o número proposto, enquanto que as unidades orgânicas flexíveis, existem cinco criadas. Eram propostos mais dois lugares, que eventualmente podem nunca ser providos. -----
Continuou a informar que quando chegou à Câmara existiam cinco divisões, no entanto foram extintas duas, e foi criada uma, a Divisão de Ambiente. -----

De seguida desafiou o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, a prescindir das deslocações cada vez que vem à Assembleia Municipal, tal como faz o Senhor Deputado José Carlos Claro. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Humberto José Sobrinho Alves que se referiu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que de facto a Câmara tem quatro chefes de divisão mas fica com latitude para se quiser meter sete, mas como a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador dos actos da Câmara Municipal, este órgão tem que lhe dar o aval para estes actos. -----

De seguida o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, diz que se todos os membros desta Assembleia Municipal estiverem disponíveis para prescindir das ajudas, ele também prescindirá a favor de uma instituição de beneficência. -----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para dizer que, se se comprometer perante este órgão, que fica com a possibilidade de fazer sete chefes de divisão, mas que os encargos e o número de pessoal não aumentará, com esta reestruturação, ele será o primeiro a votar a favor.

Após discussão do assunto, foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e com os votos contra da bancada do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática CDU, aprovar o modelo de estrutura hierarquizada proposto e fixar em sete o número de unidades orgânicas flexíveis, bem como fixar em cinco o número de subunidades orgânicas. -----

2.10 – PROPOSTA DE FUSÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que esta proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, se encontra transcrita na acta da última sessão da Assembleia, e que esta proposta é uma recomendação à Câmara para fazer essa fusão, uma vez que a responsabilidade de fundir cabe ao Executivo. -----

De seguida o Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, apresentou uma proposta do teor seguinte: -----

“A CDU considera que alguns dos pressupostos desta proposta são válidos como seja: -----

a) Interesses complementares das mesmas, racionalização dos recursos financeiros e humanos, etc. -----

Com tudo também considera que uma decisão seja ela qual for deverá ser suportada por um estudo credível sobre as medidas mais acertadas a tomar. -----

Assim a CDU propõe que o executivo municipal encomende um estudo a uma entidade independente que nos ajude numa próxima assembleia tomar-mos a decisão que mais interessa ao município.” -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, usou da palavra para fazer um esclarecimento à mesa, dizendo que aquilo que consigna a proposta não era a fusão das empresas municipais, mas sim que fossem tomadas diligências de fusão, devia ser um assunto bem estudado, debatido e ponderado. -----

Seguidamente foi posto a votação a aceitação da discussão da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Dinis Lousada, a qual foi rejeitada. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, para dizer que o maior problema desta Mesa é gerir o tempo das intervenções. -----

O que o Partido Social Democrata está a propor não é a fusão das empresas municipais, é o mesmo que está acontecer em relação à Cacovin e à Ecolignum, é bom ponderar todos os investimentos que a Câmara tem feito, porque tudo o que tem vindo aqui, tendo sido saída de dinheiros para as participações da Câmara. -----

Em relação a esta temática das Empresas Municipais tem a convicção que se elas não tiverem dinheiro transferido pela Câmara, não se aguentam financeiramente. -----

No entanto a bancada do Partido Social Democrata, estava disponível para retirar esta moção e canalizar o assunto para a comissão permanente. Que seja elaborado um estudo, para ver se vale a pena e qual será o melhor caminho para uma solução. -----

No uso da palavra o Senhor Deputado José Paulino Castanheira, dirigiu-se ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, dizendo que, é notória a sua tática, de lançar suspeições atrás de suspeições, sobre o executivo camarário, no entanto poucas são as que consegue concretizar. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Horácio Domingos Afonso, iniciou por cumprimentar todos os presentes. -----

Seguidamente disse que recentemente tinha lido um artigo escrito por um amigo seu, o qual não identificava, que dizia que a grande maioria dos portugueses são pessoas sem terra e gente sem nome, porque vivem entre o mar e terra. Isto é verdade, porque vivem no litoral, tinham um pé lá, a cair para o abismo, para o mar, e tem outro pé segurar-se em terra. -----

Continuou a dizer que quem produz riqueza, é quem trabalha a terra, que extrai da terra os produtos e os transforma. Quem faz isso aqui, encontra-se calado. Aqui quem fala, e ele próprio se incluía, provavelmente não criava riqueza ao país, poderiam ajudar às vezes, outras vezes não ajudavam nada. Queria dizer com isto, que, aquilo que se vem discutindo aqui, e que se vem falando, é daqueles que vivem daquilo que os outros produzem, porque não são aqueles que cultivam e extraem os produtos da terra, não são aqueles que transformam os produtos, referia-se aos serviços e ele entende que esses são cerca de quarenta por cento da população do país, e desses, cerca de trinta por cento, vivem de falar, é o que se passa aqui. --- As pessoas que se mantêm caladas, são as que arranjam dinheiro para os outros viverem, e poderem falar, incluindo-se ele próprio. Era assim que ele via a crise e é assim que via a economia deste país, da qual não sabia os princípios muito importantes, mas sabia esses. ----- Continuou a dizer que, quem tiver uma empresa, seja que de tipo for, sabia as dificuldades que tinha para a manter, portanto, não entendia como lhe vêm propor, a dizer que gastavam, se a gente se via muito mal para manter o nosso trabalho, para manter as empresas, para as não fechar, ou seja, será que merecem que lhe digam, para apertar mais o cinto, que o apertem aqueles que ficam com um pé no oceano e outro em terra, porque o não sujam, esses sim que o apertem. ----- Agora transportem isto para aquilo que são as empresas municipais, iam fazer estudos para darem dinheiro aqueles que não produzem. Não afirmavam, vamos criar mais empresas aqui, e depois se for necessário, como iam arranjar dinheiro para as manter. Aquilo que entende e aquilo que se falou, e tinha-se falado alguma coisa interessante sobre a educação, mas tinha-se passado logo para a igreja e para o Seminário, o que tinha interesse não era discutido. O que se passava aqui era a transmissão da política, e essa sim, era uma transmissão de política profissional, que alguém quer impingir, àqueles que aqui trabalham, na terra, que tentam ter empresas, que tentam ter agricultura, pois quem produz riqueza é quem trabalha a terra. Era muito fácil dar receitas para os outros cumprirem, que devíamos começar por nós próprios. --- Por fim declarou que, quem produz riqueza aqui, eram aqueles que estavam calados, são aqueles que trabalham a terra, os outros ou criarão ou não. Naturalmente que, com isto pretende dizer que em sua opinião, não tem o mínimo de sentido qualquer proposta, nem de extinção ou de fusão de qualquer empresa municipal ou de criação de qualquer grupo de trabalho, razão pela qual esta proposta deve ser rejeitada liminarmente. -----

Seguidamente o Senhor Presidente respondeu às questões suscitadas, iniciando por se dirigir ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, dizendo que, as empresas da Câmara estão como todas as empresas do nosso país, nem melhor nem pior. -----

Tanto o Matadouro como a Ecolignum já estavam constituídos, quando chegaram à Câmara, a única empresa que é nossa autoria é a Cacovin, pois a constituição de uma empresa de recolha de castanhas, seria uma mais valia para o Concelho de Vinhais, mas para quem está a gerir, não é fácil. -----

Continuou a dizer que, gostava que a proposta apresentada pela bancada do Partido Social Democrata, relativa à recomendação à Câmara Municipal, para fusão das empresas municipais, fosse votada, e só não será se a referida bancada a retirar, pois se necessário for, são aqui explicados os motivos, pelos quais não deve haver fusão das mesmas. -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, prestou esclarecimentos à mesa, dizendo que, quando é elaborada uma proposta estão convencidos, como a Câmara estava, quando entrou nas participações, que agora, o Senhor Presidente reconhece que, até não terá sido uma aposta muito bem concedida, no entanto, esta bancada tem tido consistência naquilo que diz, porque foi contra a privatização das Águas Portugal, na constituição da Ecolignum, na Cacovin, nas empresas municipais, sempre se abstiveram. -----

Uma fusão, não implica o desaparecimento das funções, que cada uma desempenha, o que era feito pelas duas empresas, passara a ser feito só por uma, comprometendo-se a não voltar a falar nesta temática, pelo menos, para propor o estudo da fusão das empresas. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado José Henrique Vieira da Silva dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, dizendo que a bancada do Partido Social Democrata não se preocupa com a criação de emprego, mas sim com os votos, se as empresas continuam com as mesmas funções, porque a sua fusão. -----

Após discussão do assunto, foi deliberado, por maioria, rejeitar a proposta apresentada, com os votos contra da bancada do Partido Socialista, com os votos favoráveis da bancada do Partido Social Democrata e abstenção da Coligação Democrática CDU. -----

2.11 – PLANO DE ORDENAMENTO DO ICNB – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – PROPOSTA. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que esta proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, também se encontra transcrita na acta da última sessão da Assembleia. -----

O Senhor Deputado Carlos Abel Almendra Frias Vieira, usou da palavra para propor que esta proposta fosse retirada, uma vez que este assunto tinha sido suspenso, o que foi aceite por todos os presentes. -----

2.12 – 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E 3.ª AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 2.ª PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

Não havendo intervenções a 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, no valor de dois milhões cento e vinte e cinco mil euros (2.125.000,00 €), a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa no valor de dois milhões cento e setenta mil euros (2.170.000,00 €) e a 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de dois milhões e duzentos mil euros (2.200.00,00 €), foram colocados a votação tendo sido aprovados por maioria com os votos favoráveis do Partido Socialista, um voto contra da CDU e abstenções da bancada do Partido Social Democrata. -----

2.13 – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. -----

Foi presente o relatório económico-financeiro do Município, relativo ao primeiro semestre de dois mil e dez, elaborado pelo Revisor de Contas. -----

Tomado conhecimento. -----

ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou, de acordo com o Art.º 83.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o reconhecimento da urgência da deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

1 – CORANE – Adesão. -----

Foi reconhecida, por unanimidade, a urgência da deliberação imediata sobre este assunto.-----

1 – CORANE – ADESÃO. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar a urgência da aprovação deste assunto, uma vez que os associados da Corane são uma série de instituições, pessoas colectivas de direito privado, associações e também as Câmaras Municipais de Bragança, Mirando do Douro, Vimioso e Vinhais. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea m), n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar o município de Vinhais a aderir à Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina CORANE. -----

3- PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO. -----

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezoito horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----